

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

COMO ESTUDAR APÓS A APROVAÇÃO NA PRIMEIRA FASE? 13

- 1.1. Direito material 13
- 1.2. Direito processual 14

CAPÍTULO 2

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A ELABORAÇÃO DE PEÇAS CRIMINAIS DEFENSIVAS 17

- 2.1. Utilização das linhas 17
- 2.2. Conflito entre a tese defensiva e a jurisprudência dominante 18
- 2.3. Necessidade de adstrição às informações do enunciado 19
- 2.4. Organização dos tópicos nas peças criminais defensivas 19
 - 2.4.1. Das nulidades processuais 20
 - 2.4.2. Ordem de preferência dos pedidos: nulidade e teses absolutórias 22
 - 2.4.3. Prescrição 23
 - 2.4.4. Dosimetria da pena 23
 - 2.4.5. Regime inicial de cumprimento de pena 24
 - 2.4.6. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos 26
 - 2.4.7. Pedidos relacionados à liberdade 27
- 2.5. Contagem do prazo 27
- 2.6. Gratuidade da justiça 28
- 2.7. Honorários advocatícios 29

CAPÍTULO 3

PEÇAS DE LIBERDADE	31
3.1. As medidas cautelares diversas da prisão	31
3.1.1. A audiência de custódia	33
3.1.2. A prisão preventiva	36
3.2. Pedido de liberdade provisória ou de revogação da prisão preventi- va	42
3.3. Relaxamento da prisão	44
3.4. <i>Habeas corpus</i>	45

CAPÍTULO 4

REAÇÃO DEFENSIVA À DENÚNCIA	51
4.1. Resposta à acusação	51
4.1.1. Identificando o cabimento	56
4.1.2. Tempestividade	56
4.2. Defesa prévia da Lei de Drogas	57
4.3. Estruturação dos tópicos	57
4.4. Modelos	58

CAPÍTULO 5

ALEGAÇÕES FINAIS	61
5.1. Introdução	61
5.2. Forma	63
5.3. Conteúdo	64
5.4. Tempestividade	66
5.5. Como foi cobrado em provas anteriores	66
5.6. Modelo	67

CAPÍTULO 6

APELAÇÃO	69
6.1. Identificação do cabimento e tempestividade	69
6.2. Forma	70
6.3. Conteúdo	72
6.4. Como foi cobrado em provas anteriores	73
6.5. Modelo	74

CAPÍTULO 7

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 77

- 7.1. Forma 79
- 7.2. Conteúdo 80
- 7.3. Modelo 82

CAPÍTULO 8

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 85

- 8.1. Disposições gerais 85
- 8.2. Modelos 88

CAPÍTULO 9

AGRAVO EM EXECUÇÃO 93

- 9.1. Disposições gerais 93
- 9.2. Modelo 97

CAPÍTULO 10

QUEIXA-CRIME 99

- 10.1. Espécies de ação penal 99
 - 10.1.1. Ação penal pública 99
 - 10.1.2. Ação penal privada 100
- 10.2. Princípios da ação penal privada 101
- 10.3. A atuação da Defensoria Pública na ação penal privada 102
- 10.4. Modelo 104

CAPÍTULO 11

REVISÃO CRIMINAL 105

- 11.1. Direcionamento ao Presidente do Tribunal De Justiça 107
- 11.2. Admissibilidade da revisão criminal 107
- 11.3. Existência de prova nova – art. 621, inciso III 108
- 11.4. Possibilidade de absolvição em sede de revisão criminal em face de decisão do tribunal do júri 108
- 11.5. Diminuição da pena 109

11.6. Das nulidades	109
11.7. Da Indenização	110
11.8. Do efeito suspensivo	110
11.9. Modelo	111

CAPÍTULO 12

CASOS CONCRETOS PARA TREINAMENTO	113
12.1. Enunciados	114
12.2. Padrão de resposta e espelhos de correção do Caso 1	125
12.3. Padrão de resposta e espelhos de correção do Caso 2	139
12.4. Padrão de resposta e espelhos de correção do Caso 3	156
12.5. Padrão de resposta e espelhos de correção do Caso 4	174
12.6. Padrão de resposta e espelhos de correção do Caso 5	196
12.7. Padrão de resposta e espelhos de correção do Caso 6	213
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 233